

OS RECENSEAMENTOS DE D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO  
(1801-1802)

Uma tese de doutoramento em História, recentemente defendida na Faculdade de Letras do Porto, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX* (1), veio fornecer valiosos elementos para o seu estudo. Recua-se, assim, de 1984, data do que se tinha como o recenseamento mais antigo do século XIX, para 1801, como início do conhecimento quantitativo da população do país. Esta tese, de FERNANDO ALBERTO PEREIRA DE SOUSA, revela-nos os resultados das primeiras contagens da população, tanto quanto possível exactas, feitas pessoa a pessoa, realizadas em Portugal. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Real Erário e Secretário de Estado da Fazenda impulsionou os trabalhos desses recenseamentos. Não contente com os resultados do de 1801, mandou realizar o de 1802 e preparava-se para ordenar um terceiro, o que não veio a efectivar por, entretanto, se ter demitido do cargo que ocupava. «E, com a sua saída, extinguem-se as preocupações estatísticas da Secretaria que Sousa Coutinho, desde 1801, chefiava com tanta inteligência e audácia. A partir desse ano e até 1820, não mais se efectuará qualquer recenseamento da população, incluindo o de 1803, já previsto nas instruções de Novembro de 1802» (p. 66. 1.º vol.).

É interessante notar que o censo de 1802 não constitui uma simples repetição do do ano anterior, mas uma tentativa de aperfeiçoamento da colheita de dados, quer na forma de os obter, quer no maior detalhe dos elementos pedidos. Em 1801 «as tábuas da população distinguiam homens e mulheres, por 7 grupos etários (1-7 anos, 7-25, 25-40, 40-60, 60-80, 80-100 e mais de cem anos); registavam os nascimentos e os óbitos ocorridos em 1801 e o número de pessoas que não comungavam» (p. 62). As tábuas de população utilizadas em 1802 eram «totalmente diferentes das usadas no recenseamento de 1801, mais complexas, aumentando, assim, as dificuldades no preenchimento integral e correcto das mesmas» (p. 64). «Homens e mulheres dividiam-se em três classes. solteiros/as, casados/as, viúvos/as. Surgiam colunas independentes para os eclesiásticos seculares, regulares e freiras. A população distribuíam-se por grupos etários quinquenais, desde zero a 100 anos. Além dos nascimentos, procura-

(1) FERNANDO ALBERTO PEREIRA DE SOUSA, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, 1979, 2 volumes, XLVII + 387 p.; 416 p. (policop.).

vam-se averiguar os partos singelos, duplos ou triplos. Os óbitos distribuíam-se por tábuas que permitiam averiguar a mortalidade por idades, incluindo a mortalidade infantil e discriminar as doenças que provocavam as mortes» (p. 65).

Descontadas as dificuldades e imprecisões inerentes aos condicionamentos da época, estes recenseamentos dão-nos uma visão muito precisa do estado e do movimento da população do País, a que não era possível chegar através dos «numeramentos» e outras contagens, feitas com interesses fiscais ou militares, que apenas referiam o número de fogos ou de chefes de família. Por outro lado, cobrem todo o País, com referência a uma mesma data: «os números que traduzem os fogos, o volume da população e sua distribuição por sexos, idades e estado civil, em nosso parecer, são correctos e constituem, para já, os únicos elementos numéricos válidos, de que dispomos para todo o Antigo Regime português, a cobrir todo o território» (p. 99). Alarga-se, deste modo, de pouco mais de cem anos (1864-1981) para quase duzentos (1801-1981) o período em que é possível um estudo mais pormenorizado da evolução da população de Portugal.

Se não bastasse a importância que tem o conhecimento minucioso dos dados destes recenseamentos, agora retirados da poeira dos arquivos, o cuidado com que a pesquisa foi feita, a enorme massa de documentos consultados, bem como o criterioso estudo e comentário de que a tese nos dá conta, são prova evidente do valor do trabalho apresentado. Por ora, o autor limitou-se a incluir os valores correspondentes às comarcas. Falta ainda a revelação dos números relativos aos concelhos e às freguesias, mas há promessa da sua publicação que, segundo julgamos saber, será para breve.

Três aspectos fundamentais ressaltam desta tese: a indicação exaustiva das fontes e a avaliação crítica dos elementos sobre os quais se baseia o trabalho; o estudo, propriamente dito, da população portuguesa no início do século XIX; e, ainda, o da divisão administrativa e eclesiástica de Portugal em 1801-1802.

Antes de entrar na análise dos dados, que é a parte fundamental da sua dissertação, o autor preocupa-se em discutir a credibilidade e a importância dos elementos que estava a manusear. Debruça-se sobre as condições sócio-económicas da época e as possibilidades de aplicação das instruções e recomendações difundidas pelas competentes autoridades civis e eclesiásticas. Da sua avaliação acaba por concluir que «os recenseamentos, de iniciativa do Estado, mas assegurados pela Igreja — e, por isso, fornecendo resultados mais fidedignos —, são fruto de um labor sério, cuidado e, sob o aspecto qualitativo — sobretudo o recenseamento de 1801 —, podem enfileirar ao lado do recenseamento espanhol de 1787 e dos recenseamentos, francês e inglês, que tiveram lugar em 1801» (p. 97-98, 1.º vol.).

Mas o autor é ainda mais exigente e procede a uma análise da qualidade dos dados, numa perspectiva demográfica. Através do estudo quantitativo dos nascimentos de crianças do sexo masculino e do sexo feminino calcula para quase todas as comarcas do Reino a «relação de masculinidade dos nascimentos, ou seja, o número de nascimentos masculinos por 100 nascimentos femi-

ninos» (p. 88). Das trinta e oito comarcas apresentadas no quadro n.º 5, (p. 90 a 92), em quarenta e quatro existentes no País, apenas duas ultrapassam os limites do intervalo de confiança a 95 %, estabelecido a partir de uma relação de masculinidade de nascimentos igual a 105, tido como normal. Passa depois à análise da relação de masculinidade global, por províncias, e, baseado em J. MANUEL NAZARETH (2), explica que esse índice deve apresentar um valor próximo de 100. Os valores contidos na página 95 oscilam entre 89,5 (Minho) e 102,5 (Alentejo). «Uma vez que parecem não existir grandes problemas na qualidade dos dados do movimento natural da população, temos de admitir que a variável micro-demográfica responsável pelas flutuações observadas não pode deixar de ser outra senão os movimentos migratórios» (p. 95-96). Assim, apoiando-se em critérios de rigor, demonstra como é boa a qualidade dos dados e rebate «alguns historiadores, sobretudo estrangeiros» (p. 100) que menosprezavam estes censos.

A panorâmica demográfica de Portugal no início do século XIX é-nos dada através dos elementos fornecidos pelos dois censos. Cerca de setenta quadros são utilizados para nos transmitir a variada informação numérica que o autor conseguiu reunir: população absoluta de comarcas e províncias, fogos, distribuição por sexos, repartição por grupos etários ou segundo o estado civil, população urbana e rural, população das cidades, etc.

Antes de apresentar a visão global do estado da população portuguesa, detém-se a estudar cada uma das províncias isoladamente e faz a comparação com dados de contagens anteriores, sempre que existentes. Através de comentários criteriosos tenta explicar as características demográficas das diversas províncias, bem como as anomalias registadas numa ou noutra comarca, à luz das desigualdades regionais e dos factores históricos intervenientes. Nota-se, ainda, a preocupação de comparar com os resultados obtidos em censos realizados, nessa época, em alguns países europeus, mostrando que Portugal não constituía um caso isolado no mundo desenvolvido de então.

Com esta tese, ficamos a saber que o território português da Península Ibérica contava, em 1801, 2 912 673 habitantes (1 413 832 homens e 1 498 841 mulheres). Apenas na província do Alentejo o número de homens era superior ao de mulheres; o défice de homens é explicado como consequência de «importantes fluxos migratórios que se fizeram sentir nas últimas décadas de Setecentos» (p. 148), pois o número de nascimentos masculinos era geralmente superior ao de crianças do sexo feminino. As províncias do Minho (667 176 almas), da Beira (933 384) e da Estremadura (672 180) somavam 78 % do total da população; segundo os cálculos do autor correspondiam-lhes, respectivamente densidades de 96,0, 40,1 e 36,6 habitantes por quilómetro quadrado. Em contraste, as restantes províncias apresentavam uma densidade de população inferior ao valor médio total — 32,8 habitantes por quilómetro quadrado: Trás-os-Montes (265 852 habitantes; 24,7 h/km²), Algarve (103 307; 20,4) e Alentejo (270 774; 11,1). Mais uma vez se confirma a tendência tradicional da

(2) J. MANUEL NAZARETH, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, 1979.

população portuguesa se concentrar no litoral a norte do Tejo, imagem reforçada quando o autor apresenta os valores da densidade para algumas comarcas contrastantes dentro duma mesma província.

No que diz respeito à população urbana é-nos revelado que 29,6 % da população total vivia em freguesias com mais de 2 000 habitantes e que os «centros com funções urbanas» reuniam 17,9 % da população recenseada. São referidos 25 aglomerados com mais de 5 000 habitantes (14,0 % da população total), dos quais 8 tinham mais de 10 000 almas (10,0 %), incluindo Lisboa e Porto que ultrapassavam as 20 000.

Segundo as actividades económicas o autor agrupa os aglomerados de mais de 5 000 habitantes da seguinte forma: centros industriais (Braga e Covilhã), comerciais (Abrantes, Faro, Ílhavo, Lagos, Lisboa, Ovar, Porto, Setúbal e Viana) e burocráticos-agrírios (Beja, Castelo Branco, Castelo de Vide, Coimbra, Elvas, Estremoz, Évora, Guimarães, Lamego, Loulé, Portalegre, Santarém, Tavira e Viseu). «Vislumbra-se já as características essenciais do urbanismo português dos séculos XIX e XX: contraste entre o norte e o sul — ...; contraste entre o litoral e o interior — ...» (p. 228). O desenvolvimento urbano é ainda posto em contraste com o de alguns países europeus.

Muitos outros ensinamentos valiosos podemos colher da leitura desta tese, nomeadamente sobre o movimento da população, quer numa perspectiva global quer do ponto de vista das cambiantes regionais. Natalidade, nupcialidade, mortalidade e movimentos migratórios são temas estudados com cuidado.

Ao autor, situado numa posição estritamente histórica, que é a sua, faltou a possibilidade de traduzir de uma forma sintética e gráfica a distribuição da população, através da sua cartografia no território do País. Percebemos bem quão difícil seria a tarefa perante a confusão de uma divisão administrativa, em que nem sempre as unidades de base apresentam contiguidade territorial. Por outro lado, não existe ainda uma base cartográfica dos contornos de freguesias, concelhos, comarcas e províncias que vigoravam nessa época. Por isso, devemos considerar particularmente feliz a tentativa de apresentar mapas, embora muito simples, para esboçar uma imagem gráfica das conclusões de alguns temas. É o que acontece quando representa a ordem de grandeza da população de «as cidades — 1801» (p. 226), ou a das «aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes — 1801» (p. 231) ou, ainda, a «densidade de população por províncias — 1801» (p. 326). Em apêndice aparecem pirâmides de idade por comarcas (1802) e por províncias (1801), e gráficos a representar a «distribuição percentual dos três grandes grupos de idades — 1801» por províncias e comarcas.

Pena é não ter sido possível chegar ainda ao nível de freguesia ou do concelho, pois que a comarca era uma circunscrição territorial nem sempre homogénea, por vezes exageradamente grande, outras vezes composta de retalhos em áreas diferenciadas do País, chegando algumas a distribuir-se por mais de uma província. Sirva de exemplo a comarca de Barcelos, que englobava 25 «concelhos» (9 vilas, 8 concelhos propriamente ditos, 6 coutos e 2 honras, os quais agrupavam quase trezentas freguesias. Se a parte mais importante do seu território correspondia ao concelho de Barcelos, com cerca de dois terços das

freguesias da comarca, outros dos seus «concelhos» situavam-se bem distantes deste, como o de Lousada (encravado entre as comarcas de Guimarães, Penafiel e Porto), os de Melgaço e Castro Laboreiro (no extremo norte do Minho), os de Sobrado, Castelo de Paiva, Tendais e Ferreiros de Tendais (a sul do Douro) e, ainda, Paús, Eixo, Óis da Ribeira e Vilarinho do Bairro (perto de Aveiro). Se os primeiros pertenciam à província do Minho, todos os localizados a sul do Douro estavam já na da Beira. As comarcas com menos de vinte freguesias, como Chão de Couce (5), Ribatejo (11), Ourém (17), Tavira (18), opunham-se outras com mais de duzentas, das quais as maiores eram Guimarães, Viana e Barcelos. As comarcas eram unidades «que estavam longe de obedecer a quaisquer princípios de eficácia administrativa, de homogeneidade geográfica, demográfica ou sociocultural» p. 10-11, 1.º vol.).

Para levar a bom termo a tarefa que empreendeu, o autor teve, pois, de realizar paralelamente um outro trabalho, tão exaustivo como o primeiro. Para não ficar enredado neste amaranhado que era a divisão administrativa da época, viu-se na necessidade de estudar organização civil e eclesiástica. Brindamos assim com um volume-apêndice de 416 páginas — *A Divisão Administrativa e Eclesiástica de Portugal em 1801-1802* — do qual consta a triplíce lista das freguesias, organizada por comarcas (com concelhos e dioceses), por províncias (com concelhos, comarcas e dioceses (com concelhos e comarcas)). O termo «concelho» é usado em sentido lato, pelo que engloba cidades, vilas, concelhos propriamente ditos, coutos, honras, julgados e reguengos.

Este trabalho reveste-se de grande interesse, não só para historiadores e demógrafos, mas também para estudiosos de outras ciências sociais, muito especialmente para os geógrafos. FERNANDO DE SOUSA descreveu-nos a divisão administrativa do País que vigorou de 1790 a 1834; falta agora traduzi-la graficamente e dar-lhe uma leitura mais simples e imediata. Sabemos que é sua intenção prosseguir nestes estudos de demografia histórica, tanto pela procura e análise de outros dados relativos à população portuguesa do fim do século XVIII e primeira parte do século XIX, como na tentativa de tradução cartográfica dos elementos de que já dispõe. Oxalá venha a conseguir os meios necessários para continuar neste caminho, uma vez que a Cartografia Histórica exige trabalhos complexos.

BERNARDO DE SERPA MARQUES